

*J
Q
S*

**ADENDA AO CONTRATO Nº 145/2024 - A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS**

Entre:

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE, pessoa coletiva n.º 508 752 000, entidade pública empresarial, com sede na Avenida Rainha D. Amélia, Guarda, aqui representada nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 72º e 76º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde do Decreto - Lei n.º 52/2022, de 4 agosto, pelo Presidente do Conselho de Administração, JOÃO PEDRO ABRANTES PINTO BERNARDES BARRANCA, e pelo Vogal Executivo JOSÉ FRANCISCO GOMES MONTEIRO, adiante designada por **PRIMEIRA OUTORGANTE**;

e

REFÚGIO CRIATIVO, LDA, com o NIF [REDACTED] Sede [REDACTED] representada por SOFIA CRISTINA FONSECA LOURENÇO, Médica Especialista de Anestesiologia, Portadora da cédula profissional [REDACTED] adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE**.

Considerando que:

- a) A Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. (ULS Guarda) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 183/2008, de 4 de setembro, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- b) É aplicável à ULS Guarda o regime jurídico estabelecido no Estatuto do Serviço Nacional de Saúde do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 agosto;
- c) Compete ao Conselho de Administração das Unidades Locais de Saúde, E.P.E. decidir sobre a admissão e gestão do pessoal, nos termos da conjugação do artigo 71º do estatuto do Serviço Nacional de Saúde com a alínea d) do nº 1 artigo 7º e anexo I da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro;
- d) A celebração e/ou renovação de contratos em regime de prestação de serviços de pessoal médico, para a prestação de cuidados de saúde, por parte dos serviços ou estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde, observa o disposto no Despacho n.º 3027/2018, de 23 de março, da Senhora Secretária de Estado da Saúde, em conjugação com o Decreto-Lei nº 17/2024, de 29 de janeiro e com o Despacho nº 1757/2024, de 8 fevereiro na sua redação atual;

f) Por deliberação de 29/08/2024 (ata n.º 35/2024), o Conselho de Administração da ULS Guarda determinou autorizar a presente contratação, com efeitos a 01/07/2024, com o fundamento na necessidade de assegurar os serviços de Anestesiologia;

g) A presente contratação foi submetida a autorização superior na plataforma de Gestão de Recursos Humanos da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., da ACSS em 17/10/2024, com o número de processo 45166, sendo a prestação iniciada previamente por motivos de urgência imperiosa e salvaguarda da continuidade da prestação de cuidados de saúde na especialidade de Radiologia. Recebida a competente autorização, esta será aditada ao presente contrato, através de adenda;

h) A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental inscrita na rubrica com a Classificação Económica 622491.

É celebrada a presente ADENDA ao Contrato nº 145/2024, de prestação de serviços médicos através da qual se procede à alteração das cláusulas 1.^a e 2.^a, passando a ter a seguinte redação:

Cláusula 1^a | Objeto

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços médicos da especialidade de Anestesiologia na Unidade Local de Saúde da Guarda ou nas instalações acordadas pelas Outorgantes.
2. A prestação de serviços médicos contempla até 24 horas semanais em regime presencial, a que corresponde um valor/hora de 55,00 € (cinquenta e cinco euros).

Cláusula 2^a | Vigência

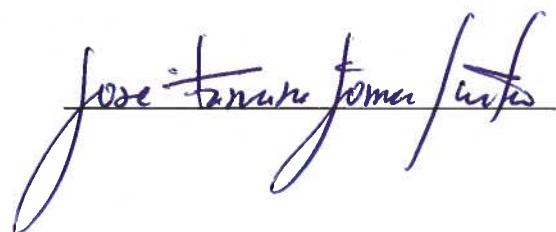
1. O presente contrato de prestação de serviços médicos tem início em 01/07/2024 e vigora até 31/12/2024, se não for denunciado por qualquer das partes.
2. Nos termos do Despacho n.º 3027/2018, de 23 de março, da Senhora Secretária de Estado da Saúde, a renovação do presente contrato está sujeita à verificação dos mesmos condicionalismos e requisitos que fundamentaram a sua celebração.
3. O presente contrato pode ser feito cessar por rescisão ou denúncia, nos termos da cláusula nona.

O contrato para prestação de serviços médicos, vigente entre os outorgantes, mantém-se em tudo o mais que não seja alterado pela presente adenda, que foi reduzida a escrito, destinando-se o original a PRIMEIRA OUTORGANTE e o duplicado à SEGUNDA OUTORGANTE.

A SEGUNDA OUTORGANTE reconhece ter lido a presente adenda ao contrato e compreendido o seu teor, aceitando ambas as OUTORGANTES, mutuamente, que as condições clausuladas constituem pressuposto essencial à sua celebração, correspondendo à expressão das suas vontades, e, por isso, a vão assinar.

Feito na Guarda, no dia 01 de julho de 2024, em duplicado, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar, atribuindo-se a ambos igual valor.

A PRIMEIRA OUTORGANTE



A SEGUNDA OUTORGANTE

